

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

Dossiê: Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste

APRESENTAÇÃO

SEMPRE ESTIVERAM AQUI: ARQUEOLOGIAS DO COLONIALISMO E DA PRESENÇA INDÍGENA NO SUDESTE BRASILEIRO

Marcos André Torres de Souza*, Sílvia Alves Peixoto**

INTRODUÇÃO

Este dossiê reúne pesquisas que, com base em análises da materialidade arqueológica e contemporânea, vêm se debruçando sobre trajetórias e vivências indígenas passadas em diferentes pontos do litoral sudeste durante o período colonial. Os artigos focam análises voltadas para a temática dos encontros coloniais e das relações entre indígenas e diferentes grupos culturais, ancorados na ideia de que esses foram sujeitos históricos ativos durante o processo de colonização do território brasileiro.

O primeiro registro da presença europeia na região Sudeste foi feito poucos anos depois da chegada dos portugueses ao território brasileiro, quando na segunda viagem de Américo Vespúcio (2003, p. 79-84) ao nosso litoral, na denominada “Carta de Lisboa”, de 1502, ele registrou suas impressões da costa e daqueles que lá viviam. Desde então, as experiências dos povos indígenas da região entraram em uma nova fase, marcada por alianças, guerras, trocas e encontros com os europeus, bem como por processos de reinvenção social e reterritorialização.

Na região Sudeste, o interesse pelo estudo arqueológico dos povos indígenas no período histórico surgiu tão logo as pesquisas sistemáticas começaram a ser realizadas no país, algumas, inclusive, feitas no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Pronapa (Peixoto; Machado, 2022, p. 573). Após esse ímpeto inicial, conforme já notado por Souza (2017, p. 145), esse interesse diminuiu de forma muito sensível, apenas ressurgindo há pouco mais de uma década, quando começaram a ser organizados simpósios temáticos e dossiês¹ e as pesquisas divulgadas por meio

¹ Entre os encontros registram-se o simpósio “Arqueologia do Colonialismo no Brasil”, organizado em 2019 por Marianne Sallum e Marcos André Torres de Souza no X Congresso da Sociedade

* Professor Associado do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGArq); pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: torresdesouza@ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0434-1673>.

** Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Departamento de Arqueologia. E-mail: silviapeixoto@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9496-7436>.

de dissertações, teses e publicações (Cordeiro; Buarque; Táboas, 2019; Deminicis, 2011; Dias, 2021; Noelli, 2025; Peixoto, 2019; Peixoto; Lima, 2020; Peixoto; Noelli; Sallum, 2022; Ribeiro; Jácome, 2014; Sallum, 2018; Simões, 2020; Souza; Buarque, 2019; Trindade; Souza, 2022). Ainda que nosso conhecimento siga lacunoso, variados têm sido os contextos de pesquisa (acadêmica e preventiva) em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo em que as materialidades indígenas têm sido evidenciadas e situadas no centro das discussões, não mais nos moldes vigentes nas décadas de 1960 e 1970, mas com base em quadros conceituais e metodológicos atualizados e mais adequados para lidar com o assunto, superando, com isso, abordagens e conceitos há muito ultrapassados, como o de aculturação e a separação formal entre pré-história e história.

É com o interesse em manter aquecidas as trocas de ideias na nossa região, bem como examinar algumas das suas especificidades, que este dossiê se apresenta. Nesta introdução, não é nossa intenção apenas apresentar os trabalhos que o compõem, mas também dialogar com eles e outros autores em torno de tópicos que identificamos como relevantes para nossas discussões. Desse modo, pretendemos no curso deste texto identificar as contribuições dadas ao tema, os problemas e desafios que se colocam nas nossas análises e, ao fim, buscar identificar as ferramentas teórico-metodológicas que, a nosso ver, permitem ultrapassá-los.

Juntam-se ainda, neste dossiê, duas traduções de artigos escritos pelos arqueólogos Craig Cippola, vertido para o português por Luiza Rabelo; e Stephen Silliman, vertido por Marianne Sallum e Francisco Noelli. Essas peças foram selecionadas por oferecerem bases teóricas importantes para as nossas discussões, ainda que voltadas mais para os contextos da América do Norte. Discorrendo sobre a trajetória dos estudos indígena-coloniais nesta parte do continente, os autores problematizam abordagens e conceitos que, por muito tempo, foram o sustentáculo das pesquisas arqueológicas, mas que não se encaixam mais no cenário atual. Discutindo aspectos relativos a temas como persistência, memória, gênero, ontologias, pós-colonialismo, para citar alguns, os textos ressaltam as dimensões multiescalares e diacrônicas das pesquisas coloniais, instigando ainda reflexões sobre o potencial da materialidade, bem como das práticas profissionais, para o fortalecimento de demandas indígenas na atualidade.

ENCONTROS, CONTINUIDADES E MUDANÇAS

Um dos temas mais persistentes da Arqueologia, que a acompanha desde seu início enquanto disciplina científica, tem sido o da mudança cultural; da teoria da degeneração ao determinismo, das explicações difusionistas ao funcionalismo, do estruturalismo ao pós-humanismo, esse continua sendo um dos assuntos mais discutidos na nossa disciplina (Bentley *et al.*, 2008; Trigger, 1989). Na região Sudeste, a preocupação com esse tema surgiu quando a Arqueologia Histórica dava seus primeiros passos no país. Autores como Beltrão (Beltrão; Faria, 1971, 1973; Beltrão; Laraia, 1969), Dias Jr. (1964, 1972) e Perota (1971) localizaram aldeias históricas e sítios coloniais antigos nas suas pesquisas e propuseram discussões sobre a identificação de complexos culturais e suas mudanças

de Arqueologia Brasileira, Pelotas, RS; e “Arqueologias dos Colonialismos no Brasil”, organizado em 2024 por Sílvia Alves Peixoto na VIII Reunião do Núcleo Regional Sudeste da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro, RJ. Entre os volumes temáticos, registra-se o dossiê “Conexões atlânticas: arqueologias do colonialismo”, organizado em 2022 por Francisco Noelli, Marianne Sallum e Tania Casimiro, no *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 13.

no tempo, incluindo a emergência de uma nova tradição arqueológica, denominada “neobrasileira” (cf. Peixoto; Machado, 2022, p. 573; Souza, 2008).

Com o renascimento do interesse pelo tema na região, a busca por respostas sobre *como, quando e por que* as mudanças ocorreram, e *se* ocorreram, tem estado aberta a diferentes abordagens. Certamente, um dos pontos críticos desse debate está em como tratar a continuidade e a mudança. Os artigos de Marianne Sallum e colaboradores e de Rubia Silva neste dossiê apontam numa direção que tem sido dominante nos estudos envolvendo a Arqueologia do Colonialismo, que é focar nas persistências, seguindo o que foi proposto pelos arqueólogos Silliman (2009, 2020) e Panich (2013), ainda que nos estudos sobre a diáspora africana essa possibilidade já viesse sendo considerada a partir do trabalho clássico de Mintz e Price (1992). Baseados nos arqueólogos acima mencionados, os artigos de Sallum e colaboradores e Silva têm em comum a percepção de que a continuidade e a mudança foram escolhas não oposicionais ou excludentes, mas sim elementos constitutivos de um mesmo fenômeno, e que foram acionados, em muitos casos, através da agência das comunidades, notadamente das mulheres, ao transmitirem seus conhecimentos entre as gerações.

No que se refere às temporalidades ligadas às continuidades e mudanças, há, a nosso ver, dois caminhos complementares a serem percorridos. Um desses caminhos envolve a transposição do binarismo história | pré-história, que situa em diferentes campos discursivos as experiências indígenas que são, na verdade, contínuas (Lightfoot, 1995; Schmidt; Mrozowski, 2013). Nas pesquisas em curso desenvolvidas por Souza e Buarque (2019) na Ilha do Governador sobre contextos dos séculos 16 e 17, essa perspectiva vem sendo perseguida. Um movimento positivo nessa direção têm sido análises que levem em conta as práticas materiais antes e depois do contato. É o caso do artigo de Cordeiro e Lima, que se valem do vasto conhecimento adquirido durante décadas de pesquisas em sítios pré-coloniais e de contato da região de Araruama, Região dos Lagos fluminense, para tecer comparações e assim refletir sobre mudanças perceptíveis em parte da materialidade de grupos indígenas que habitaram o centro da cidade do Rio de Janeiro no século 16. Dessa forma, estabelecem bases comparativas para discutir as cerâmicas coloniais encontradas não só no Rio de Janeiro, mas em outros contextos do litoral sudeste.

O segundo caminho, seguido por Sallum e colaboradores, bem como por Silva, envolve a criação de histórias de longa duração que conectam o presente e o passado. Ao procurarem identificar persistências em tradições ceramistas contemporâneas, discutem como antigas práticas, embora atualizadas por meio de diferentes encontros e experiências, são capazes de revelar histórias comuns. Nesses trabalhos revela-se não apenas a construção de pontes presente-passado, mas também a possibilidade de colaborações profícuas entre arqueólogos e não arqueólogos. Entre os colaboradores de Sallum está Marina Gomes, ceramista do bairro Encapoeirado, do município de Apiaí/SP, que somou sua visão à dos demais autores. Do ponto de vista sociopolítico, esse tipo de iniciativa é um caminho importante para a construção de narrativas arqueológicas que efetivamente incluam aqueles que possuem vínculos ancestrais e históricos com o passado ao qual nos referimos. Essa tem sido uma prática crescente e indispensável no nosso exercício profissional (e.g. Barboza *et al.*, 2019; Borum-Kren, 2024; Jácome; Wai Wai, 2020). Indispensável porque devemos levar em conta a necessidade de desarticular as opressões e discriminações estabelecidos pelas situações coloniais, respeitar a diversidade cultural existente no país, considerar lugares de fala, repensar temporalidades e levar em conta aspectos de gênero na produção do conhecimento (Sallum, 2022). Percursos como esse contribuem também para

a incorporação de abordagens ontologicamente situadas, o que vem, igualmente, sendo demandado em análises envolvendo as experiências indígenas no período histórico (Ribeiro; Jácome, 2014; Souza, 2017).

No campo das discussões sobre os encontros, as interações afro-indígenas (Goldman, 2014, 2017; Pazzarelli; Sauma; Hirose, 2017) têm sido subproblematizadas. Ainda que no regime da escravidão brasileira tenha ocorrido uma mudança demográfica da mão de obra indígena para a africana no decorrer do século 17 (Monteiro, 1994a; Prado Júnior, 1942; Schwartz, 1988), as coexistências entre esses dois grupos durante o período colonial, e suas múltiplas influências, são indiscutíveis, o que a materialidade proveniente de sítios arqueológicos coloniais tem sinalizado (Peixoto, 2019, p. 212, 214, 436; Peres, 2025). Os encontros das diferentes ontologias associadas a esses indivíduos e suas articulações são um território também a ser mais bem explorado e conhecido. Neste dossiê, por exemplo, Silva reconhece a incorporação, entre outros saberes, de técnicas ancestrais africanas nas cerâmicas produzidas em Goiabeiras, o que nos estimula a refletir sobre as várias formas de injunções decorrentes das interações coloniais.

INTERCONEXÕES REGIONAIS

Ainda que com o correr da colonização os diferentes contextos que compõem a região Sudeste tenham se diferenciado progressivamente, possuíam, nos seus momentos iniciais, interconexões íntimas, o que nos permite identificar histórias compartilhadas. Do ponto de vista das experiências indígenas, um episódio que ilustra esses processos foi a denominada “Confederação Tamoio”, um movimento de resistência levado a cabo por um coletivo indígena em meio às disputas territoriais nas quais foram envolvidos franceses e portugueses. Definida pela historiografia como uma coalizão Tupi, envolveu povos que ocupavam um amplo território compreendido entre Bertioga/SP e o litoral de Cabo Frio/RJ. Pactuado com os franceses, esse coletivo se uniu na guerra contra os Tupiniquim e Temiminó e seus aliados portugueses. Contrariando o que pareceria natural supor, movimentos dessa ordem não se apresentavam como alianças sólidas e duradouras, o que pode ser exemplificado, inclusive, por essa confederação, que não se estruturou como unidade política estável (Perrone-Moisés; Sztutman, 2010). Atribui-se a isso a conhecida inconstância dos Tupi, sempre sujeita a realidades movediças em relação à vida social e à guerra (Castro, 2013; Fernandes, 2013). Soma-se a isso o fato de que, conforme notado por Cordeiro e Lima, as associações estabelecidas formaram combinações que, além de momentâneas, eram singulares, uma vez que, voltadas para a solução de interesses políticos específicos, podiam diferir umas das outras nas suas especificidades, como no caso das relações estabelecidas entre portugueses e indígenas e entre franceses e indígenas.

Outras interconexões estabeleceram-se pelos deslocamentos provocados pela agência portuguesa, quando os indígenas foram ora aldeados (Almeida, 2001; Freire; Malheiros, 2009; Petrone, 1995), ora escravizados (Monteiro, 1994a). Esse foi o caso, por exemplo, dos Temiminó, que, expulsos do Rio de Janeiro pelos franceses, foram recolhidos pelos jesuítas no Espírito Santo. Depois disso, seccionaram-se, com alguns permanecendo no Espírito Santo e outros voltando para a Baía de Guanabara, onde, sob a liderança de Martim Afonso de Sousa, o Arariboia, participaram da retomada do Rio de Janeiro, aí se reinstalando (Gomes, 2015).

Situações como as que descrevemos acima revelam algo comum aos povos indígenas e aos portugueses no início da colonização brasileira e, de modo especial, da região Sudeste: a intensa mobilidade. Do lado europeu, esse traço foi-lhes atribuído devido à sanha desbravadora e colonialista do Quinhentos (Bornheim, 1998; Fausto, 1995, p. 23-25);

do lado dos indígenas, à sua grande capacidade de realizar longos deslocamentos, sempre sustentados pela sua organização política, econômica, mítica e identitária (Castro, 2013; Clastres, 1978; Fausto, 1992).

Um complicador para quem se aventura na busca por uma melhor compreensão da relação entre essas mobilidades e as práticas materiais no período colonial tem relação com o fato de que elas não tiveram apenas uma dimensão espacial relevante, mas também temporal. Feitos os primeiros contatos, descritos pelos primeiros cronistas como alegres e amigáveis (Caminha, 1981; Vespúcio, 2003), as relações se volatilizaram rapidamente, redirecionando as situações dos encontros, inicialmente pelo comércio, depois pela instalação de novos sistemas de alianças e guerras, com fortes interesses em jogo de ambas as partes. Advieram as trocas genéticas, as baixas demográficas, os processos de reterritorialização e a escravização (Maestri, 2013; Marchant, 1980).

Nesse contexto de estonteante complexidade, podemos reconhecer a formação de um quadro regional com muitas interconexões, sem dúvida, mas marcado pela prevalência de um expressivo embaralhamento demográfico, antagonismos cerrados e deslocamentos. Esse cenário, que nos anima, mas ao mesmo tempo nos desafia, é aquele com o qual trabalhamos.

Durante muito tempo na Arqueologia, a visão normativa de cultura obstruiu a compreensão adequada desses fenômenos ao buscar-se a identificação de agregados culturais, vistos como “todos” homogêneos (Binford, 1965), o que terminou essencializando a ideia de grupos étnicos, entendidos naquele momento de forma fixa e estática (Cipolla, 2017, p. 5). Conforme notou Silva neste dossiê, as tradições arqueológicas Una e Tupiguarani, antes relacionadas à cerâmica de Goiabeiras – e, acrescentaríamos, a muitos outros conjuntos de artefatos encontrados em sítios ditos de contato e coloniais –, estão longe de dar conta das complexidades de situações que se combinaram para que essa materialidade firmasse sua existência. Todavia, passadas várias décadas, estamos hoje em melhores condições de lidar com essas situações, o que inclui não só novos aparatos teórico-metodológicos, mas também olhares mediados para reorientarmos o legado histórico-cultural.

Nesse cenário, o artigo de Cordeiro e Lima é uma contribuição que merece ser notada com atenção. Ao detectar variações nas cerâmicas encontradas em um contexto quinhentista do Rio de Janeiro possivelmente relacionado aos deslocamentos Temiminó, as autoras analisam a decoração desses artefatos, considerando os diferentes tipos de interação ocorridos entre colonizadores e indígenas e suas diferentes intensidades. Ao mergulhar nessas complexidades, a Arqueologia Histórica está em condições de flagrar os processos associadas a tais fenômenos, oferecendo contribuições relevantes para o seu entendimento.

Em outra direção, o artigo de Henrique Costa e Ximena Villagran mergulha em um contexto pouquíssimo visitado, ligado aos grupos historicamente denominados “Botocudos”, falantes da língua Borum do tronco Macro-Jê, que teriam habitado o litoral norte do Espírito Santo entre os séculos 18 e 19. Combinando dados linguísticos e etno-históricos com os resultados de análises isotópicas e arqueológicas, os autores sugerem o processo de reocupação de sítios do tipo sambaqui como parte da estratégia de expansão territorial dos Borum, cuja subsistência se apoiava fortemente nas atividades de caça e pesca.

ECONOMIA POLÍTICA

Uma das mais salientes dimensões da denominada colisão dos dois mundos (Gruzinski, 2015; Todorov, 2019) diz respeito à economia política dos grupos envolvidos.

Pesa aqui não apenas a dimensão político-econômica da apresentação ao outro de novos objetos e práticas materiais, mas também sua relação com ontologias e cosmovisões. Conforme magistralmente demonstrado por Sahlins (1990), essa colisão de mundos podia ser atravessada, no nível estrutural, por concepções míticas e simbólicas profundamente ligadas a categorias e formas de categorização culturais particulares.

Notável foi o caso dos encontros passados na costa brasileira, onde as já testadas e bem estabelecidas trocas mercantis portuguesas (Disney, 2009) foram assimiladas pelos povos indígenas em seus próprios termos. Os Tupi do litoral, em geral descritos pelos cronistas como curiosos e abertos à novidade e ao contato (Amado; Figueiredo, 2001, p. 134, 408, 437; Léry, 1961, p. 186; Thevet, 1944, p. 268), foram examinados por Ribeiro e Jácome (2014) na sua análise arqueológica sobre um aldeamento jesuíta do Espírito Santo sob um viés que permite entendimentos importantes nessa direção. Usando como referência debates antropológicos sobre o tema, tomaram como ponto de partida a noção indígena de reciprocidade, considerando, na perspectiva desses povos, o potencial do mundo material para a mobilização de ações coletivas. A prática do escambo, bem como as decisões que orientaram essa prática, merecem reflexões por parte da Arqueologia nas linhas acima esboçadas. Todavia, são poucos ainda os trabalhos que, baseados na empiria, lançam-se nessa direção.

O segundo artigo deste dossiê, de Jeanne Cordeiro e colaboradoras, se debruça sobre uma das mais corriqueiras evidências da prática de escambo: as contas de vidro, itens ainda pouco estudados na Arqueologia brasileira (cf. Brito, 2023), sobretudo em contextos coloniais indígenas. Ancorado em sólida pesquisa histórica (de ambos os lados do Atlântico), o trabalho enfoca as trocas estabelecidas a partir desses itens, no Rio de Janeiro do século 16, entre grupos Tupinambá e europeus, sobretudo franceses. Ademais, chama a atenção para um importante aspecto dos estudos coloniais: a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre algumas categorias materiais manufaturadas na Europa entre os séculos 15 e 16, sobre as quais ainda “patinamos” quando nos debruçamos sobre sítios que apresentam evidências de contato.

O trabalho compulsório indígena é outro tema de importância pouquíssimo tratado na Arqueologia brasileira. Em *Negros da terra*, Monteiro (1994a, p. 8) afirmou que àquela época a escravidão indígena ocupava a antessala de um edifício maior onde reside a escravidão africana. Em outra peça, intitulada “O escravo índio, esse desconhecido”, voltou ao assunto (Monteiro, 1994b). Passadas mais de três décadas, suas afirmações continuam válidas quando falamos da escravização indígena, sobretudo na Arqueologia.

Considerando a dimensão espacial dessa prática, é importante notar que o tráfico com a região Sudeste entre os séculos 16 e 18 sofreu transformações significativas, o que certamente impactou as diferentes composições demográficas dos indígenas nos lugares para onde foram levados. O caso do tráfico paulista esmiuçado por Monteiro (1994a) oferece uma imagem clara da amplitude das incursões de captura e suas mudanças no tempo. Pensando o caso da região Sudeste como um todo, é perceptível que os traficantes passaram a ir cada vez mais fundo nos sertões para sequestrar pessoas. Na sua crônica de 1591, por exemplo, Knivet (2008) relatou bandeiras das quais participou, as quais, partindo da cidade do Rio de Janeiro, percorreram vastas áreas interioranas de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro à procura de cativos. Nessas itinerâncias, é certo que capturavam indivíduos de proveniências diversas e, algumas vezes, improváveis. Em seu artigo neste dossiê, Costa e Villagran mencionam a captura de botocudos, que raramente são levados em conta quando tratamos do tema da escravização de povos indígenas.

Se focamos na dimensão temporal, outro ponto emerge. Têm sido encontrados em contextos rurais do Rio de Janeiro influências indígenas marcantes no material cerâmico

ao longo de boa parte do século 17, sugerindo a presença maciça e dominante desses indivíduos nos engenhos e fazendas do período. Enquanto as unidades rurais nordestinas parecem ter incorporado a mão de obra africana com maior velocidade (e.g. Schwartz, 1988), essas evidências indicam que, pelo menos em algumas localidades do Sudeste, indivíduos com práticas materiais mais próximas daquelas encontradas em aldeias indígenas seguiram vivendo em unidades rurais como mão de obra predominante por mais tempo do que inicialmente se supunha. Nessa discussão é necessário assinalar que a escravização de nativos adentrou o século 18, sendo verificada sua presença em contextos como o da mineração em Minas Gerais, que podia alcançar mais de 20% da população cativa no início da colonização (Venâncio, 1997).

Infelizmente, são poucos os estudos arqueológicos que têm se dedicado a discutir a escravização indígena, mas alguns trabalhos publicados têm oferecido informações importantes. Na Baixada de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro, Peixoto (2019) identificou, no registro arqueológico do espaço produtivo de um engenho da primeira metade do século 17, farta materialidade associada a grupos indígenas. Entre vasilhas e cachimbos cerâmicos, as evidências indicaram a presença marcante de nativos, tanto na condição de escravizados, o que encontra respaldo nas fontes documentais, como, eventualmente, ligados por laços de parentesco à família proprietária do engenho (Peixoto; Noelli; Sallum, 2022). Já na bacia do rio Macacu, Trindade e Souza (2022) realizaram uma análise diacrônica da cerâmica proveniente de várias unidades rurais datadas entre o início do século 16 e o início do século 19, identificando influências indígenas marcantes na cerâmica associada a escravizados até cerca de 1680.

A QUESTÃO DAS FONTES E DA PRÁTICA DISCIPLINAR

Juntam-se aos desafios que enfrentamos no estudo dos grupos indígenas outros de ordem teórica e metodológica. Em relação a esses últimos, uma primeira questão que se apresenta são os poucos conhecimentos arqueológicos sobre as experiências indígenas e o colonialismo português na região, a despeito das volumosas pesquisas desenvolvidas no país, conforme pode ser atestado em uma síntese recente (Symanski; Souza, 2022). Embora, segundo já assinalamos, tenhamos tido um incremento significativo dos estudos sobre povos indígenas na última década, sua representatividade é irrisória no cenário de produção global. Neste dossiê, alguns autores são contundentes ao tocar nesse assunto. Segundo Cordeiro e Lima, quando nos referimos ao século 16 estamos sob “cerradas névoas”, tropeçando no desconhecido a cada fragmento analisado; já Costa e Villagran mencionam a falta de conhecimento arqueológico sobre os falantes Borum, cujo modo de vida e materialidade diferiam muito do de outros grupos indígenas. Há, de fato, um grande desequilíbrio na compreensão da cultura material dos diferentes povos que viviam no Sudeste, não só nos momentos ligados ao colonialismo europeu, mas também em contextos pré-coloniais. Enquanto a materialidade associada aos ancestrais dos Tupi-Guarani é mais bem conhecida (Buarque, 2009; Buarque *et al.*, 2020; Cordeiro; Buarque; Táboas, 2019; Corrêa, 2014, 2020; Dias Jr., 1972; Kneip; Monteiro; Seyferth, 1980; Dias Jr.; Panachuk, 2008; Oliveira *et al.*, 2008; Scatamacchia, 2009, 2010), existem lacunas consideráveis envolvendo os demais grupos, ainda que algumas discussões esparsas venham sendo desenvolvidas sobre a denominada tradição Una e sua correlação com os Goitacá no norte do Estado do Rio de Janeiro (Dias Jr., 1979; Cordeiro, 2015) e a questão dos Puri e Coroado, descritos como vivendo na Zona da Mata mineira nos séculos 18 e 19 e supostamente compostos por indígenas Goitacá que migraram do litoral fluminense (Oliveira, 2015).

Parte desse problema se deve a uma questão de visibilidade arqueológica. Os sítios referentes aos encontros coloniais são mal documentados e as evidências algumas vezes, muito tênues ou distintas do que se esperaria encontrar. Esse último aspecto foi problematizado neste dossiê por Costa e Villagran, cuja pesquisa não identificou, em contextos interpretados como reocupações de alguns sambaquis do Espírito Santo, no século 19, por grupos botocudos, nenhum tipo de artefato cerâmico ou lítico, materialidade invariavelmente associada a grupos indígenas e, portanto, esperada no registro arqueológico. As análises realizadas, algumas delas microscópicas, contaram apenas com carvões, sedimentos e restos faunísticos, ou seja, um cenário escasso para os padrões. Os resultados, contudo, ao serem cotejados com as fontes etno-históricas, que caracterizam o modo de vida dos botocudos mais baseado no forrageamento do que na agricultura, apontam para uma materialidade muito distinta do que se costuma vislumbrar para sociedades indígenas no Brasil, mais orgânica e menos cerâmica. Trata-se de um importante alerta sobre a importância de ajustar o olhar para enxergar as muitas variações e nuances que podem apresentar os registros arqueológicos desses grupos, certamente menos homogêneos do que pensa a própria comunidade científica.

A (in)visibilidade arqueológica dos contextos de contato é o tema central do artigo que Marina Coppoli apresenta neste dossiê. A autora discute os fatores que poderiam estar relacionados ao que chama de “ausências indígenas” no cenário arqueológico da cidade do Rio de Janeiro. Além dos de ordem metodológica, ligados à própria prática disciplinar, Coppoli discute os processos inerentes aos fenômenos da urbanização, como a formação dos aterros, e como eles seriam, ao menos parcialmente, responsáveis pela baixa preservação dos sítios indígenas do período colonial nas grandes cidades.

Acrescentaríamos ao que foi discutido por Coppoli que em uma sucessão estratigráfica urbana, sempre complexa, podemos esperar a presença desses contextos em níveis mais profundos e, portanto, sujeitos a sofrer com o peso exercido pela cidade (Edgeworth, 2018, p. 31-32). Além disso, as escavações em projetos de Arqueologia Preventiva urbana muitas vezes se limitam a profundidades impactadas pelo empreendimento, não vindo alcançar o nível estéril, o que nos leva a acreditar que teremos uma super-representação de contextos mais recentes nas nossas coleções, em detrimento daqueles mais antigos, ainda que esse problema possa impactar de forma menos pronunciada contextos recentes, a depender da história evolutiva do solo no local.

Uma última questão de ordem metodológica que se impõe diz respeito à fragilidade das análises sobre contextos arqueológicos ligados aos primeiros encontros, que deriva da pouca familiaridade dos pesquisadores com a materialidade a eles associada. Essa dificuldade para “ler” esse tipo de contexto, aspecto pontuado por Cordeiro e Lima, bem como por Coppoli, é notória nas pesquisas realizadas no século passado e parece ainda persistir em algumas situações, mesmo que em menor grau. Como já salientamos, há consideráveis lacunas no entendimento de certas materialidades, não apenas pré-coloniais, mas também históricas, e sobretudo europeias, o que por muito tempo afetou, e certamente segue influenciando, muitas interpretações.

Do ponto de vista teórico, outras questões se apresentam. Categorias operacionais do ponto de vista analítico, como “sítio de contato”, vêm sendo criticadas por tirarem a centralidade, homogeneizar e marginalizar os sítios de ocupação indígena (Silliman, 2005). No seu artigo, Coppoli discute o problema, argumentando que esse tipo de perspectiva legítima a existência histórica indígena a partir da materialidade europeia, quando se sabe que a presença indígena em contextos coloniais não se limita aos vestígios estrangeiros, tampouco está expressa de maneira estanque no registro arqueológico. Com base nas reflexões de autores como Lightfoot e Martinez (1995), Silliman (2005)

e Jordan (2009), Coppoli discorre sobre as muitas possibilidades de interação entre os grupos, que tiveram diferentes graus e frequências, a depender das negociações e intenções dos envolvidos, e certamente não se limitaram a um único espaço “de contato”.

Enfim, os desafios são muitos, mas, a despeito deles, os trabalhos reunidos neste dossiê apontam para percursos teórico-metodológicos que são, a nosso ver, caminhos efetivos para superá-los. A fim de melhor identificá-los, os dividimos em duas partes que estão interligadas. A primeira envolve o uso combinado de fontes. Cordeiro e Lima lançam mão do uso conjugado de fontes documentais e materiais; Cordeiro e colaboradores, por sua vez, recorrem a uma análise que utiliza testes por difração de raios X em uma coleção arqueológica composta; já Costa e Villagran desenvolvem sua análise consolidando dados documentais, orais, genéticos e de isótopos, com ênfase no cruzamento de fontes; em relação aos documentos, fazem sobreposições entre a cartografia étnica e as crônicas de modo a inferir a presença de botocudos no litoral norte do Espírito Santo e, com isso, dão passos fundamentais para superar a invisibilização arqueológica desse grupo.

O que os trabalhos aqui reunidos demonstram é que, diante dos muitos desafios que nos esperam, a análise de múltiplas linhas de evidências amparadas pela empiria, ou, como assinalaram Cordeiro e colaboradores, em trabalho de bancada, pode oferecer importantes soluções. Um instrumental metodológico que tem se mostrado efetivo e de enorme utilidade na Arqueologia Histórica é o que no nosso campo se denominou “análise por justaposição”, que consiste na costura de indícios com base no exame conjugado das contradições, sobreposições, divergências e complementaridades existentes nas fontes, de modo a obtermos um sentido mais integral para o contexto que estamos analisando (Beaudry, 1995; Leone; Crosby, 1987). Parafraseando Nicolescu (1999, p. 37), diríamos que a busca por respostas no estudo arqueológico histórico dos grupos indígenas no Brasil está entre as fontes, através das fontes e além de qualquer fonte.

O segundo caminho envolve a interdisciplinaridade. Neste dossiê, Silva articula abordagens da Arqueologia, como a Arqueologia Experimental e a Arqueometria, com a Etnografia, ao lado do uso de dados regionais; já Costa e Villagran fazem um diálogo profícuo com a Etno-história e a Linguística; Sallum e colaboradores, por sua vez, postulam a combinação de disciplinas para o estudo do gênero. Em relação a um dos colaboradores de Sallum, Francisco Noelli, lembramos suas importantes contribuições ao explorar a interface da Arqueologia com a Botânica e, principalmente, a Linguística, inclusive nos seus estudos sobre São Paulo (Noelli, 2025).

Por fim, entendemos que, embora a incompletude e a fragmentação do conhecimento disciplinar e das fontes apresentem desafios significativos, a Arqueologia Histórica tem sido capaz, por meio do uso de artifícios teórico-metodológicos e com os pés fincados na materialidade arqueológica, de fazer importantes progressos no estudo dos grupos indígenas em contextos de colonialismo. É nessa direção que os trabalhos aqui reunidos apontam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria R. C. de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz C. (ed.). *Brasil 1500: quarenta documentos*. Brasília: Imprensa Oficial, 2001.
- BARBOZA, Myrian Sá L.; TUKANO, Larissa D. Y.; WAI WAI, Jaime X. Corpoterritorialização-Katukina: lampejos etnográficos sob as perspectivas femininas indígenas. *Amazônica*, v. 11, p. 503-547, 2019.

- BEAUDRY, Mary C. Introduction: Ethnography in Retrospect. In: D'AGOSTINO, Mary Ellin et al. (ed.). *The Written and the Wrought: Complementary Sources in Historical Anthropology*. Berkeley: University of California, 1995. p. 1-16.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de M. Coutinho; FARIA, Edna Gabizo de. Acampamentos Tupi-Guarani para coleta de moluscos. *Separata da Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v. 19, p. 97-135, 1971.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de M. Coutinho; LARAIA, Roque B. O método arqueológico e a interpretação etnológica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 17, p. 203-217, 1969.
- BENTLEY, R. Alexander; MASCHNER, Herbert D. G.; CHIPPINDALE, Christopher. *Handbook of archaeological theories*. Lanham (US): AltaMira Press, 2008.
- BINFORD, Lewis R. Archaeological Systematics and the Study of Culture Process. *American Antiquity*, v. 31, n. 2, p. 203-210, 1965.
- BORNHEIM, Gerd. A descoberta do homem e do mundo. In: NOVAES, Adauto. (ed.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-16.
- BORUM-KREN, Bibi N. *Nimu Borum: Nan Brukuku Tchone*. 2024. Dissertação (Mestrado em Antropologia/Arqueologia) – Departamento de Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.
- BRITO, Patrícia C. Letro de. *Entre contas e corpos: crioulização e negociações estéticas em contextos de escravizados do Sudeste, séculos XVIII e XIX*. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia/Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.
- BUARQUE, Angela. Étude de l'occupation Tupiguarani dans la région sud-est de l'État de Rio de Janeiro, Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Université Paris I, Panthéon-Sorbonne, Paris, 2009.
- BUARQUE, Angela. Tupiguarani no Rio de Janeiro, uma intensa e longa permanência. In: CORDEIRO, Jeanne. (ed.). *Arqueologia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Laboratório de Arqueologia Brasileira, 2011. p. 60-87.
- BUARQUE, Angela et al. Entre dois mundos. *Revista de Arqueologia*, v. 33, p. 21-42, 2020.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *Pero Vaz de Caminha: carta a El Rey Dom Manuel*. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- CIPOLLA, Craig N. Native American Diaspora and Ethnogenesis. In: *The Oxford Handbook of Topics in Archaeology*. Oxford (UK): Oxford Academic, 2017. p. 1-23.
- CLASTRES, Hélène. *Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- CORDEIRO, Jeanne. A primeira face da tradição: os Goitacá. Da história e identidade dos que não deitaram letras. In: LIMA, Tania Andrade. (ed.). *Identidades étnicas em arqueologia: possibilidades e limites*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. p. 47-65.
- CORDEIRO, Jeanne; BUARQUE, Ângela; TÁBOAS, Alice. O sítio Serrano: franceses e tupinambá desconheciam o testamento de Adão. *Revista de Arqueologia*, v. 32, n. 2, p. 225-238, 2019.
- CORRÊA, Ângelo Alves. *Pindorama de Mboia e Íakaré*. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

- CORRÊA, Ângelo Alves. Tupi-guarani nas matas mineiras: estudo das cerâmicas Tupinambá. *Habitus*, v. 18, n. 2, p. 472-500, 2020.
- DEMINICIS, Rafael B. *Desconstruindo tradições: proposta de uma etnoarqueologia social para o estudo de caso dos sítios Vila da Rainha (RJ) e Aldeia das Garças (ES)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- DIAS, Josefa Jandira Neto Ferreira. *A Praça XV nos séculos XVI e XVII: estudos comparados de arqueologia e história*. (Tese de doutorado). Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- DIAS JR., Ondemar. Cerâmica cabocla. *Boletim de Arqueologia do IAB*, v. 3, n. 2, p. 7-11, 1964.
- DIAS JR., Ondemar. Síntese da pré-história do Rio de Janeiro. *Revista de História*, v. 1, p. 3-21, 1972.
- DIAS JR., Ondemar. Dados para o povoamento não tupiguarani do estado do Rio de Janeiro. Relações arqueológicas e etnográficas. *Boletim do IAB*, v. 8, 1979.
- DIAS JR., Ondemar; PANACHUK, Lilian. Caracterização da tradição Tupiguarani no Sudeste do Brasil. In: PROUS, André; LIMA, Tania Andrade. (ed.). *Os ceramistas Tupiguarani*. Belo Horizonte: Sigma, 2008. p. 91-116, 1v.
- DISNEY, Antony R. *A History of Portugal and the Portuguese Empire*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2009.
- EDGEWORTH, Matt. More than Just a Record: Active Ecological Effects of Archaeological Strata. In: SOUZA, Marcos André Torres de; COSTA, Diogo. (ed.). *Historical Archaeology and Environment*. New York (US): Springer, 2018. p. 19-40.
- FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, M. C. D. (Ed.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 382-396.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2013.
- FREIRE, José Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.
- GOLDMAN, Marcio. A relação afroindígena. *Cadernos de Campo*, v. 23, p. 213-222, 2014.
- GOLDMAN, Marcio. Contradiscursos afroindígenas sobre mistura, sincretismo e mestiçagem nos estudos etnográficos. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, p. 11-28, 2017.
- GOMES, Fabricio. Maracajás na Ilha de Paranepecu: os Temiminós e sua importância nas comemorações dos 450 anos do Rio de Janeiro. *Terci*, v. 5, n. 2, p. 8-14, 2015.
- GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão: ambições europeias e a mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- JÁCOME, Camila; WAI WAI, Jaime X. A paisagem e as cerâmicas arqueológicas na bacia Trombetas: uma discussão da arqueologia Karaiwa e Wai Wai. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*, v. 15, p. 1-20, 2020.

- JORDAN, Kurt. Colonies, Colonialism, and Cultural Entanglement: The Archaeology of Postcolumbian Intercultural Relations. In: MAJEWSKI, Teresita; GAIMSTER, David. (org.) *International Handbook of Historical Archaeology*. New York (US): Springer, 2009. p. 31-50.
- KNEIP, Lina; MONTEIRO, Antonio M.; SEYFERTH, Giralda. A aldeia pré-histórica de Três Vendas. Araruama, Estado do Rio de Janeiro. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v. 27, p. 283-337, 1980.
- KNIVET, Anthony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LEONE, Mark P.; CROSBY, Constance A. Epilogue: Middle-Range Theory in Historical Archaeology. In: SPENCER-WOOD, Suzanne M. (ed.). *Consumer Choice in Historical Archaeology*. New York (US): Springer Science/Business Media, 1987. p. 397-410.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.
- LIGHTFOOT, Kent. Culture Contact Studies: Redefining the Relationship between Prehistoric and Historical Archaeology. *American Antiquity*, v. 60, n. 2, p. 199-217, 1995.
- LIGHTFOOT, Kent; MARTINEZ, Antoinette. Frontiers and Boundaries in Archaeological Perspective. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 471-491, 1995.
- MAESTRI, Mário. *Os senhores do litoral*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão*. Brasília: Brasiliense, 1980.
- MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *The Birth of African-American Culture: An Anthropological Perspective*. Boston (US): Beacon Press, 1992.
- MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994a.
- MONTEIRO, John M. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luiz David Becker. (ed.). *Índios do Brasil*. Brasília: MEC, 1994b. p. 105-120.
- NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 1999.
- NOELLI, Francisco S. *Não há colonialismo sem tekoába: uma arqueologia das relações e da materialidade entre Tupiniquim e Portugueses na capitania de São Vicente, Brasil (1502-1700)*. 2025. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2025.
- OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de. Identidades genéricas dos grupos Macro-Jê e suas implicações para os estudos arqueológicos da Zona da Mata mineira. In: LIMA, Tania Andrade (ed.). *Identidades étnicas em arqueologia: possibilidades e limites*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. p. 31-46.
- OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de; BUARQUE, Angela; DIAS, Ondemar; SCATAMACCHIA, Maria Cristina; PEROTA, Celso; ETCHEVARNE, Carlos; OLIVEIRA, Carlos; PROUS, André. A Tradição Tupiguarani no Espírito Santo. In: REUNIÃO DA SAB SUJDESTE, 2009, Caratinga. Estado da Arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani. Juiz de Fora: EDUFJF, 2008. p. 99-110, 2008.
- PANICH, Lee M. Archaeologies of Persistence: Reconsidering the Legacies of Colonialism in Native North America. *American Antiquity*, v. 78, n. 1, p. 78-122, 2013.

- PAZZARELLI, Francisco; SAUMA, Julia F.; HIROSE, Maria Belén. (Contra)mestiçagens ameríndias e afro-americanas. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, p. 9-10, 2017.
- PEIXOTO, Sílvia A. *Jacarepaguá, a “planície dos muitos engenhos”*: uma arqueologia do sertão carioca, Rio de Janeiro, século XVII ao XIX. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Departamento de Antropologia, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- PEIXOTO, Sílvia A.; LIMA, Tania A. Engenho do Camorim: arqueologia de um espaço açucareiro no Rio de Janeiro seiscentista. *Revista de Arqueologia*, v. 33, p. 98-125, 2020.
- PEIXOTO, Sílvia A.; MACHADO, Christiane L. Arqueologia histórica na região Sudeste do Brasil: passos e descompassos. In: SYMANSKI, Luis Claudio Pereira; SOUZA, Marcos André Torres de. (ed.). *Arqueologia histórica brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 571-614.
- PEIXOTO, Sílvia A.; NOELLI, Francisco S.; SALLUM, Marianne. De São Vicente a Jacarepaguá: uma genealogia de mulheres Tupiniquim e a itinerância da cerâmica paulista. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, 2022.
- PERES, André A. *Escravidão e metalurgia*: um estudo sobre relações de trabalho e resistência cultural de africanos a partir de uma forja no Rio de Janeiro, século XVII. 2025. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.
- PEROTA, Celso. Dados parciais sobre a arqueologia norte espírito-santense. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 15, p. 149-162, 1971.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz; SZTUTMAN, Renato. Notícias de uma certa Confederação Tamoio. *Maná*, v. 16, n. 2, p. 401-433, 2010.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- RIBEIRO, Loredana; JÁCOME, Camila. Tupi ou não Tupi? Predação material, ação coletiva e colonialismo no Espírito Santo, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 9, n. 2, p. 465-486, 2014.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SALLUM, Marianne. *Colonialismo e ocupação Tupiniquim no litoral sul de São Paulo*: uma história de persistência e prática cerâmica. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SALLUM, Marianne. Por uma “aliança afetiva” entre a arqueologia e os saberes tradicionais: contribuições para o entendimento da sociedade moderna no Brasil. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 273-300, 2022.
- SCATAMACCHIA, Maria Cristina. *Os sítios arqueológicos de grupos de filiação linguística Tupi-guarani no estado de São Paulo: avaliação e perspectiva*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2009.
- SCATAMACCHIA, Maria Cristina. Considerações sobre a distribuição das sociedades tribais de filiação linguística Tupi-Guarani no estado de São Paulo. In: PROUS, André; LIMA, Tania Andrade. (ed.). *Os ceramistas Tupiguarani*. Belo Horizonte: IPHAN, 2010. p. 117-147, 1v.
- SCHMIDT, Peter; MROZOWSKI, Stephen. The Death of Prehistory: Reforming the Past, Looking to the Future. In: SCHMIDT, Peter.; MROZOWSKI, Stephen. (ed.). *The Death of Prehistory*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2013. p. 1-30.

- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILLIMAN, Stephen W. Social and Physical Landscapes of Contact. In: PAUKETAT, Timothy; LOREN, Diana DiPaolo. (Ed.). *North American Archaeology*. Oxford (UK): Blackwell, 2005. p. 273-296.
- SILLIMAN, Stephen W. Change and Continuity, Practice and Memory: Native American Persistence in Colonial New England. *American Antiquity*, v. 74, p. 211-230, 2009.
- SILLIMAN, Stephen W. Colonialism in Historical Archaeology: A Review of Issues and Perspectives. In: ORSER, Charles E. et al. (ed.). *The Routledge Handbook of Global Historical Archaeology*. New York (US): Routledge, 2020. p. 41-60.
- SIMÕES, Ane Elisabeth Modesti. *Histórias esquecidas no Rio de Janeiro: as gentes e a paisagem no processo de ocupação da cidade velha e do Morro Cara de Cão*. 2020. Dissertação Mestrado em Arqueologia) – Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- SOUZA, Marcos André Torres de. Esencializando las cerámicas: culturas nacionales y prácticas arqueológicas en América. In: ACUTO, Félix; ZARANKIN, Andrés. (ed.). *Sed non Satiata II: acercamientos sociales en la arqueología Latinoamericana*. Córdoba (AR): Encuentro Grupo Editor, 2008. p. 143-157.
- SOUZA, Marcos André Torres de. A arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: problemas e questões. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 144-153, 2017.
- SOUZA, Marcos André Torres de; BUARQUE, Angela. Olhando para o passado, pensando o futuro: as pesquisas arqueológicas na Ilha do Governador, Rio de Janeiro. *Revista de Arqueologia*, v. 32, n. 2, p. 178-196, 2019.
- SYMANSKI, Luís Claudio Pereira; SOUZA, Marcos André Torres de. *Arqueologia histórica brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.
- THEVET, André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- TRIGGER, Bruce G. *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- TRINDADE, Cleide C.; SOUZA, Marcos A. T. de. A cerâmica do período colonial do Vale do Macacu, Rio de Janeiro: uma perspectiva diacrônica. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 301-325, 2022.
- VENÂNCIO, Renato P. Os últimos Carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, p. 161-181, 1997.
- VESPÚCIO, Américo. *Novo mundo: as cartas que batizaram as Américas*. São Paulo: Planeta, 2003.